



SOBRE RÁDIO, JORNALISMO E EDUCAÇÃO

Eduardo Grossi¹

Janeiro de 2010. Porto Príncipe, a capital de um dos países mais pobres do mundo, o Haiti, é devastada por um forte terremoto. As cenas de horror, antes marcadas por conflitos da guerra civil e pela população que vivia sob uma intensa pobreza, são substituídas por destruição, ruínas e imagens de desespero dos sobreviventes.

A cidade supervisionada pelas Forças de Paz da ONU, sob a liderança do Exército brasileiro, buscava a reconstrução da ordem econômica e política quando o forte abalo sísmico não poupou nem mesmo o Palácio Presidencial, sede da Presidência da República. A tragédia também fez como vítima a pediatra brasileira Zilda Arns que, no momento do terremoto, fazia uma palestra sobre a Pastoral da Criança, organização da qual foi uma das lideranças e que luta contra a mortalidade infantil. Ela estava numa igreja de Porto Príncipe.

Mas, entre os escombros, uma cena chama a atenção. Numa das reportagens de TV distribuídas ao mundo para mostrar o drama dos desabrigados, um homem andava pelas ruas com um rádio portátil sobre os ombros. Se o mundo acompanhava a tragédia vendo as cenas da televisão no conforto de seus lares, o rádio era o meio de comunicação mais eficiente para trazer aos sobreviventes de Porto Príncipe a esperança

¹ Mestre em Comunicação Social e Professor de Jornalismo, ambos na Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: eduardo.grossi@metodista.br

para o recomeço da vida. Mais do que outros momentos, as notícias eram importantes até mesmo para garantir a sobrevivência.

A influência do rádio no recente terremoto haitiano pode ser comparada à hegemonia deste meio na primeira metade do século XX. A Segunda Guerra Mundial teve o jornalismo radiofônico como base propagativa da informação. Hitler, habilidoso no uso da comunicação e nas estratégias de propaganda, inflamava as massas com seus discursos. No Brasil, Getúlio Vargas também controlava a comunicação em meio ao Estado Novo por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), e o rádio lhe servia para os discursos mais inflamados.

Afinal, qual é o espaço do rádio neste início de século XXI? Se antes uma das suas fortes características era a primazia da instantaneidade, hoje outras plataformas midiáticas são tão imediatistas e disputam com as ondas radiofônicas a veiculação das informações.

Se as diversas mídias disputam os mesmos conteúdos noticiosos, cabe ao rádio repensar o seu papel diante das necessidades informativas. Park (1996) afirma que o surgimento do repórter foi um dos acontecimentos mais importantes da civilização americana. E é nele que temos que entender as bases da construção do jornalismo em todas as mídias, e particularmente no rádio, com papel determinante na elaboração dos sentidos.

Há no jornalismo um axioma que define o jornalista como “historiador do presente”. Tal concepção, no entanto, é questionada por Park que, segundo o qual, é missão da história se preocupar com o acontecimento e suas conexões, antes e depois do fato. Para o historiador, o fato isolado deve ser entendido num contexto mais amplo, em que a dimensão vai além e deve ser elencada a partir de um movimento que busca compreender as diversas faces sociais. A angulação é mais complexa. Já a notícia para Park tem relação apenas e unicamente com o fato em si. Neste sentido, nenhum repórter no exercício do jornalismo tem como obrigação se estender além da cobertura do acontecimento.

(...) não andaria muito errado quem supusesse que a História se interessa tanto pelas conexões dos acontecimentos – a relação entre os incidentes que precedem e os que se seguem – quanto se interessa pelos próprios acontecimentos. Por outro lado, à diferença do historiador, o repórter procura

tão somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente. (Park, 1996: 174).

Mas a concepção de Park daria a entender então que o jornalismo é mais superficial que a história? Necessariamente não creio que seja essa a reflexão proposta pelo autor, mas caberia ao repórter intensificar o detalhamento e a precisão do acontecimento no momento em que ele ocorre. O jornalista cujas qualificações se aproximam ao que o autor denomina de “conhecimento acerca de”, ou que se relaciona um conhecimento mais profundo em contraposição ao senso comum, tem a possibilidade de intensificar a cobertura e o detalhamento da informação. Ele pode ir a campo em busca de significados, motivos, dúvidas, soluções, para que o fato seja exposto com detalhes mais elucidativos e possa estabelecer elos que proporcionem maior clareza do assunto para o público.

Para Park, a missão do repórter é tornar a notícia compreensível e interessante ao público. A informação no momento que se torna notícia passa a ganhar status de conhecimento público. Ao jornalista cabe a sensibilidade para descobrir as necessidades informativas. Ele tem a missão de publicizar um acontecimento e, para isso, terá que usar das técnicas de apuração, conhecimento e também da intuição.

3

“Tal conhecimento, com efeito, pode ser concebido como forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão de longa série de experiências. É essa espécie de conhecimento pessoal que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu ou no qual está condenado a viver” (Park, op. cit.: 169)

Mas a simples veiculação da notícia não significa que influenciará a opinião pública. Quem fará a aprovação, segundo Park, é o próprio público, que a partir de seus múltiplos códigos específicos elegerá ou não o tema para a agenda social ou o que o autor denomina de espírito público.

E, para encontrar esta significação social, o repórter necessita da intuição, que pode ser desenvolvida a partir das percepções adquiridas com o acúmulo de conhecimentos levantados pelo senso comum e também pelas bases científicas ligadas ao conhecimento subjetivo do repórter. Então, o que chamamos de sensibilidade ou experiência é formada por um “agregado de percepções”.

Mas, se no terremoto do Haiti o espírito público está claro e fundamentado pelas necessidades vitais estabelecidas pela catástrofe, a percepção da notícia nas democracias mais estáveis é muito mais complexa. Se o espírito público na concepção de Park determina o que é notícia, os jornalistas como *gatekeepers* não têm toda a possibilidade de se estabelecer como francos condutores da opinião pública.

Quando o espírito público vagueia, a relação, o meio de comunicação secreta, ou qualquer outra coisa que esteja assegurando a transmissão da notícia dentro dos limites do público, pára de funcionar, relaxa-se a tensão, rompe-se a comunicação e o que era notícia viva transforma-se em fato frio. (Park, op. cit., p. 175)

E ainda nas concepções de Park, a notícia é o material que deveria possibilitar a ação política. E uma sociedade para aprimorar os valores necessita do debate público. Se a discussão não atinge a coletividade, a notícia perde amplitude e apenas os grupos mais favorecidos, ou que têm experiência para se envolver no debate público, serão privilegiados. E na complexidade do tónus social a tendência é mais para a fragmentação do que a unificação do debate. Neste ínterim, o repórter que se destacará é aquele cujo trabalho de apuração de um fato deverá traduzir com clareza para as massas o seu significado e suas implicações públicas.

Mas numa sociedade envolvida por uma complexidade extrema, denotada pela atuação de grupos, com pulverização de mídias – embora determinados grupos exerçam mais influência que outros – o público terá que ser estimulado para os fatos que o levem à comoção, no sentido de tirá-lo da passividade e uni-lo em detrimento de uma causa que possa proporcionar a melhoria das condições sociais.

A população longe dos meios de comunicação é tratada por Santoro (1981: 100). Para o autor, a solidificação da cidadania é atingida por um maior acesso aos meios: “A ausência de praticamente toda a população aos *mass-media* tem como conseqüência sua posição de meros receptores, passíveis de condicionamento ideológico por aqueles que detêm o monopólio desses meios de comunicação de massa”. Tal afirmação é levantada em detrimento de que as rádios livres fariam o contraponto para democratizar a comunicação. Porém, a afirmação acima também poderia ser aplicada ao contexto atual no sentido de que o acesso da população diretamente aos meios permitiria maior consciência crítica.

O excesso de informação é base da democracia ao ponto que permite que várias instâncias tenham o direito à informação e de se expressar livremente. Mas o excesso, por outro lado, conduz à opinião fragmentária ao proporcionar razões múltiplas. A questão é debatida por Piernes (1990) o qual expõe que a tática era utilizada como estratégia do Ministério da Propaganda de Hitler com o objetivo de confundir a opinião pública e gerar cisão nas decisões políticas. Cabe, no contexto, pensar a atuação da mídia e traçar um paralelo com bases fundamentadas na educação.

Rádio: ouvinte como produtor

Se a grande quantidade de meios e veículos é fator desagregador, torna-se mais complexo para os profissionais da comunicação acertar o processo de comunicação estímulo-resposta. A informação é livre, mas muitas vezes a natureza e as características mais adequadas de cada plataforma midiática não são levadas em consideração pelos profissionais que a praticam.

O rádio, embora não seja mais o veículo soberano da primeira metade do século XX, ainda detém enorme audiência, sem, no entanto, proporcionar receitas econômicas tão atrativas a seus donos. Se considerarmos o mercado brasileiro, as emissoras de rádio cuja base da programação é o jornalismo têm mais influência nos grandes centros urbanos, mas mesmo assim não despertam grandes audiências segundo institutos verificadores de audiência. As emissoras focadas em programação popular, com preferência pela programação musical, intercalada com boletins informativos ou com um jornalismo muitas vezes tendencioso, de caráter muitas vezes opinativo dos comunicadores, é a fórmula mais praticada.

Gisela Ortriwano (1985) observa que a plataforma radiofônica necessita de elementos próprios para encontrar identificação com o ouvinte. E sobre essas bases o jornalismo tem que ser pensado, diferentemente do que acontece na atualidade. As emissoras despejam sobre as audiências notícias lidas como notas, elaboradas com frieza a partir de informações de agências de notícias, sítios informativos da web e até mesmo de jornais impressos, cuja estrutura de redação da notícia é menos coloquial do que o rádio. Ortriwano elenca aspectos que devem compor a informação radiojornalística, como instantaneidade e imediatismo e releva que dois componentes

fundamentais são pouco exercidos: a “autonomia”, ligada à subjetividade do profissional, e a “sensorialidade”, que permite potencializar a imaginação, o que reforça a clareza do conteúdo e prende a atenção do ouvinte. Se o rádio exercita pouco a sensorialidade, acaba privando o público de um elemento que poderia atraí-lo, gerar identificação. A notícia no rádio então precisaria de mais tratamento, mais participação do repórter que necessita deslocar-se para entrevistar suas fontes fora do ambiente da redação ou estúdio.

Mas além desta observação fundamentada no emissor observada por Ortriwano, há a necessidade de desmistificar o processo de produção e aproximar o ouvinte da produção da notícia.

A literatura sobre os meios de comunicação de massa não cansa de advertir quanto ao estado de relaxamento dos receptores no momento da recepção das mensagens, suas atitudes acríticas e passivas. Tudo isso só deverá ser superado pelo encontro de uma diferente utilização da tecnologia do rádio por meio de uma linguagem própria do grupo receptor e de uma recepção mais atenta, ou melhor, organizada. (Santoro, op. cit: 103)

As emissoras evoluíram muito no aspecto relacionado à participação e interatividade com o ouvinte. O jornalista ou comunicador ainda é quem decide as bases das pautas jornalísticas que vão para o ar. No entanto, a interferência do ouvinte só aumenta. Não pela vontade própria dos jornalistas, mas por uma pressão da concorrência, que para aumentar a audiência e até mesmo diminuir os custos econômicos reserva espaço para a participação do ouvinte. O filtro, porém, mediado por jornalistas, ainda é soberano, mas a quebra de resistência já é positiva no sentido de permitir ao ouvinte mais autonomia.

E aqui se pretende incluir a educação para a formação da cidadania em bases voltadas para transformar o ouvinte em produtor. Freire (2003) vê o rádio como uma mídia com muitas potencialidades de inclusão. O educador, que questiona os métodos tradicionais de educação, considera que se o aluno for educado para entender o processo de construção da programação e da produção de notícias cria consciência sobre a informação veiculada. Deste modo, torna-se emissor e receptor ao mesmo tempo e estabelece formas de fomentar a ação política a que Parker (op. cit.) se refere.

O desenvolvimento tecnológico torna o custo dos equipamentos de rádio cada vez mais acessível. A referência aqui não é o rádio comercial, mas sim a introdução de experiências ministradas em escolas que possam fazer o aluno mais próximo da produção dos meios. Exemplo de que o método tem eficiência é a popularização das redes sociais. Se antes ser jornalista era um ideal muitas vezes distante para muitos, as páginas de relacionamentos da internet permitem que qualquer pessoa se comunique ao deixar público os comentários. Claro que a grande mídia ainda é hegemônica do ponto de vista da visibilidade, do poder de propagação e da credibilidade, mas como discutido acima, de novo na concepção de Parker, o poder dos “guardiões do portal” já não é o mesmo. E cada vez mais se esvaziará.

As mídias sociais permitem aos jovens disseminar informações próprias, baseadas em pontos de vista individuais. Já um trabalho com o rádio, mediado por jornalistas especializados em educação e comunicação — os chamados “educadores” — daria um suporte para fomentar a inclusão junto aos meios de comunicação social, e o rádio seria o veículo proposto para tal função.

As experiências em educação relacionadas com a comunicação têm Mario Kaplún como pioneiro no desenvolvimento das atividades e, no Brasil, o Núcleo em Educomunicação NCE da ECA-USP, coordenado por Ismar de Oliveira Sores, já vem promovendo muitas ações experimentais na área, tendo inclusive o rádio como suporte. O projeto Educom.Rádio foi transformado em lei da cidade de São Paulo em 28 de dezembro de 2004. As escolas municipais tornaram-se pólos de projetos experimentais, no qual os alunos transformam pesquisas e discussões em programas de rádio. Além de São Paulo, há também o “Educomradio.centro-oeste”, que promove cursos em escolas de ensino médio da região Centro-Oeste, e que inclui aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

O rádio necessita então de uma abertura conceitual e na programação. A discussão também passa pela questão da legislação e pela regulação das concessões públicas. Mas o fato é que ele precisa atrair o público, se comunicando com ouvintes que estão longe e atrair cada vez mais as pessoas para dentro do estúdio. Se o momento é cada vez mais do “provedor de conteúdo”, os profissionais que fazem o veículo necessitam se abrir para acolher o ouvinte e estabelecer uma relação estímulo-resposta mais intensiva. A era também é da dialogicidade. Se a Internet permite esta troca,

quando a atual geração da web ficar mais velha, só dará atenção para o rádio se sentir que o veículo proporciona maior intimidade, no sentido de transformá-lo em executor da programação. E para isto as emissoras terão que abrir o estúdio tornando o espaço privado cada vez mais público.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo & GUMARÃES, Sérgio. *Sobre a educação (diálogos)*. Volume 2, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KAPLÚN, Mario. *Producción de programas de radio*. Quito: Ciespal, 1999: p. 29-52.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A estrutura radiofônica. In: *A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985, p. 78-83

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento. In: *Meios de Comunicação de Massa*. Organização de Charles S. Steinberg. São Paulo: Cultrix, 1996, p. 169-185.

SANTORO, Luiz Fernando. *Rádio livres: o uso popular da tecnologia*. In Revista Comunicação e Sociedade. Ano III, nº 6. São Bernardo do Campo: Cortez editora, setembro de 1981, p. 97-103.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educom.radio, na trilha de Mário Kaplún. In: MELO, José Marques et. AL. *Educomídia: alavanca da cidadania*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista/UNESCO, 2006.